

PALAVRAS CRUZADAS ENTRE A HISTÓRIA E A FILOSOFIA - DESENCONTROS E CONVERGÊNCIAS COM A HISTÓRIA DA ENFERMAGEM

Lucília Nunes¹

RESUMO

O que estamos «desafiados» hoje a cruzar é um "entre" a História e a Filosofia, o que nos faz pensar em filósofos da História, mas também em historiadores da Filosofia; ainda assim, os territórios da História, da Filosofia da História e da Teoria da História. E, desafio maior, os espaços entre, de articulação e mediação.

Com a brevidade que se impõe, optamos por um respigar de tópicos, centrando nas teorias da História dos finais de século XIX e XX, no movimento e gerações dos Annales (passagem necessariamente rápida mas relevante, da primeira à quarta ou quinta geração, conforme os autores), nas alterações da historiografia ao longo e final do século XX, com a valorização da História Cultural, das Mentalidades, de Género, desembocando na "consciência histórica" e na "matriz disciplinar". Na trajetória das diferentes conceções, procurando nexos e convergências, interrogaremos «quando» a Enfermagem terá sido convidada a entrar na Oficina de Clio e quais os termos/condições do conhecimento histórico de Enfermagem. Esperamos que aos focos de articulação com a investigação histórica dos cuidados de saúde e da Enfermagem, seja possível adicionar as questões da didática da História de Enfermagem.

Palavras-chave: História da Enfermagem, Historiografia.

ABSTRACT

What we are "challenged" today is a cross “between” History and a Philosophy, which evokes philosophers of History, but also historians of Philosophy; still, the territories of History, Philosophy of History and Theory of History. In addition, a greater challenge, the spaces between, articulation and mediation. With the brevity that is necessary, we choose to present some topics, focusing on theories of History of the late nineteenth and twentieth centuries, on the movement and generations of the Annales, on a historiography along the end of the twentieth century, with a cultural history, mentality and gender, leading to a "historical consciousness" and the "disciplinary matrix". In the trajectory of different conceptions, looking for nexuses and convergences, we will question when Nursing has been invited to enter the Clio Workshop and what the terms/conditions of historical knowledge of Nursing.We expect that the focus of articulation with a historical research of health care and nursing, added questions as those off didactics of Nursing History.

Keywords: History of Nursing, Historiography.

.....
1 Doutora em Filosofia, Agregação em Filosofia, Mestrado em História Cultural e Política. Professora Coordenadora, Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal. Secretária da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem. Contacto: lucilia.nunes@gmail.com

RESUMEN

Lo que estamos "desafiados" hoy a cruzar es un "entre" la Historia y la Filosofía, lo que nos hace pensar en filósofos de la Historia pero también en historiadores de la Filosofía; Los territorios de la Historia, la Filosofía de la Historia y la Teoría de la Historia. Y, desafío mayor, los espacios entre, de articulación y mediación. Con la brevedad que se impone, optamos por un respiro de tópicos, centrándose en las teorías de la Historia de finales del siglo XIX y XX, en el movimiento y las generaciones de los Annales (paso necesario rápida pero relevante, de la primera a la cuarta o quinta generación, En las alteraciones de la historiografía a lo largo y final del siglo XX, con la valorización de la Historia Cultural, de las Mentalidades, de Género, desembocando en la "conciencia histórica" y en la "matriz disciplinar". En la trayectoria de las diferentes concepciones, buscando nexos y convergencias, cuestionaremos «cuando» la enfermería ha sido invitada a entrar en el Taller de Clio y cuáles los términos/ condiciones del conocimiento histórico de Enfermería. Esperamos que a los focos de articulación con la investigación histórica de la atención de salud y de la enfermería, sea posible agregar las cuestiones de la didáctica de la historia de enfermería.

PALABRAS CLAVE: Historia de la Enfermería, Historiografía.

Comecemos o nosso percurso a partir do tema "Palavras cruzadas entre a história e a filosofia", a que acrescentámos " desencontros e convergências com a História da Enfermagem".

§ O que se pode querer dizer com "palavras cruzadas"

1. Em termos correntes, ***palavras cruzadas*** associa-se a um passatempo conhecido que consiste em preencher as casas de um quadriculado, de modo a formar palavras que se cruzam; identificamos as palavras a partir de pistas fornecidas e do espaço disponível; algo como "passo de dança com sete letras ou "parte superior das árvores com quatro letras". Em bom rigor, as palavras cruzadas têm uma longa história², desde os egípcios.

2. Já para quem aprecia a ***epistemologia***, a expressão «palavras cruzadas» pode evocar a metáfora que Susan Haack utilizou no livro "***Evidence and inquiry***"³ para a estrutura da evidência - a diferença entre as indicações dadas e as linhas e colunas que se cruzam espelha a diferença entre a evidência e as razões a favor de uma crença, enquanto a interdependência entre as linhas e colunas representa o apoio mútuo entre as crenças.

3. Anotemos também o texto partilhado de Fernando Savater e José Luís Prado, publicado entre nós pela Fim de Século, com o título "***Palavras Cruzadas. Um Convite à Filosofia***" em que ambos tornaram público um diálogo, de palavras cruzadas ao longo de um ano, cruzando-se com as atividades de cada um e, como referem, "com um rumo precário e uma precisão duvidosa"⁴, visando convidar os leitores à Filosofia.

2 Johnson, Paul (1999) The Civilization Of Ancient Egypt. Harper Collins. (p. 266-267). As palavras cruzadas encontraram-se na estela da tumba de um sumo sacerdote de Amon, na época de Ramsés II.

3 Haack, Susan (2009) Evidence and Inquiry: A Pragmatist Reconstruction of Epistemology. Prometheus Books. (pp. 93-4). "Picture a scientist as working on part of an enormous crossword puzzle: making an informed guess about some entry, checking and double-checking its fit with the clue and already-completed intersecting entries, of those with their clues and yet other entries, weighing the likelihood that some of them might be mistaken, trying new entries in the light of this one, and so on. Much of the crossword is blank, but many entries are already completed, some in almost-indelible ink, some in regular ink, some in pencil, some heavily, some faintly. Some are in English, some in Swahili, some in Flemish ... Now and then a long entry, intersecting with numerous others which intersect with numerous others, gets erased by a gang of young turks insisting that the whole of this area of the puzzle must be reworked"

4 Savater, Fernando; Pardo, José Luis (2008) Palavras Cruzadas: um convite à filosofia. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século. (p. 13).

O que nos propomos cruzar

Ora o que estamos «desafiados» hoje a cruzar é um "entre" a História e a Filosofia, o que nos faz pensar em filósofos da História, mas também em historiadores da Filosofia. Portanto, poderíamos olhar a **História**, a **História da Filosofia**, a **Filosofia da História**, a **Teoria da História** e a **História da Teoria da História**. E, desafio maior, os espaços entre, de articulação e mediação. Claro que o tempo que temos é deveras escasso, mesmo que fosse para uma síntese de territórios e entrelaçamentos. Assim, optamos por um respigar de tópicos e tomamos como foco o desenvolvimento das ideias sobre a teoria da História.

O que não cruzaremos, mas temos de ter em conta

1. Com o tempo de que dispomos, não iremos fazer incursões na **história da filosofia**, senão para evocar que, de um modo geral, os estudos filosóficos assentam (ou estabelecem como linha de partida) no estudo da história da filosofia. É isso que acontece, genericamente, na licenciatura e mesmo nos mestrados: situam-se os estudos e autores numa certa linha cronológica (isto, sem desconsiderar a organização a partir dos ramos, como a ética, estética, lógica, etc) em unidades curriculares - por isso, a organização da história da Filosofia segmenta em antiga, medieval, moderna e contemporânea. Ainda que para se estabelecer uma sequência histórica da filosofia se possam usar diferentes critérios, normalmente a periodização é feita em correlação com os períodos históricos, políticos e culturais. Desse modo, referimos a filosofia antiga (e estudam-se os gregos pré e pós-socráticos, Sócrates, Platão e Aristóteles, e os romanos, como Cícero), depois a filosofia medieval (que traz Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, São Boaventura), seguindo-se a filosofia moderna (que abre com Descartes e vem até Kant), para desembocarmos na filosofia contemporânea (Heidegger, Wittgenstein, Husserl, Dilthey).

2. Muitos filósofos escreveram sobre a História. Mais propriamente sobre o conceito de história, como Walter Benjamin⁵; a consciência histórica, como Gadamer ou "uma crítica da razão histórica" como Dilthey escreveu, pois para Dilthey, o estudo do passado histórico é concebido como decifração, numa compreensão é mediação entre o passado e o presente.

3. A **Filosofia da História** mereceria atenção específica, e também não nos deteremos neste território, não mais do que pontuar três nomes.

a. **Voltaire**, tido como o criador da expressão "Filosofia da História" (em "La philosophie de l’histoire" publicada em 1765) ainda que tenha cunhado a expressão antes, num Ensaio sobre os costumes [Essai sur les mœurs] em 1756. Considerou que a história "é o relato dos fatos dados como verdadeiros, ao contrário da fábula, que é o relato dos fatos dados como falsos"⁶ e a sua convicção assentava na visão de que a realidade é um todo com sentido.

b. A obra de **Kant**, "**Ideia de uma História Universal com um propósito cosmopolita**"⁷, datada de 1784, é considerada como o texto inaugural da Filosofia da História alemã, marcando o início de um movimento de reflexão sobre o sentido da História do ponto de vista secular - aliás, Gérard Lebrun afirmou: “É a Kant, e não a Hegel, que remonta a oposição entre Historie, disciplina do entendimento, e a Weltgeschichte, discurso sobre o sentido necessário da história⁸. Provavelmente, a maior parte de nós provavelmente associa Kant às Críticas, ao Idealismo

5 Walter Benjamin escreveu um ensaio «sobre o conceito da história», datado de 1940, em que afirmou "O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história." E, mais "Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo". «A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “ago-ras”."

6 Voltaire. Philosophie de l'histoire. p.3 (tradução livre). <https://archive.org/details/laphilosophiedel01volt>

7 Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/kant_ideia_de_uma_historia_universal.pdf

8 Lebrun, G. (1986) uma escatologia para a moral. São Paulo: Brasiliense.

Alemão, à Filosofia do Conhecimento, à Ética e a Estética, mas não à Filosofia da História - todavia, Kant dedicou-lhe diversos escritos⁹, partindo do princípio que é plenamente “admissível interpor especulações no âmbito do relato histórico a fim de preencher as lacunas oferecidas pelas informações”¹⁰ e deixando claro que o historiador tem a liberdade de “especular”, considerando o princípio da “causa remota” e o “efeito” que vem depois dela. Obviamente, a razoabilidade para Kant deve estar fundamentada no princípio da razão¹¹.

c. A terceira referência é a **Hegel**, que produziu o livro ***Filosofia da História***¹², publicado pela primeira vez em 1837; representa o estadio mais avançado do desenvolvimento do seu sistema filosófico e nele trilhamos a trajetória da humanidade, entendendo-se a História como a marcha gradual do Espírito, do subjetivo para o absoluto, passando pelo objetivo, em busca da evolução, do sentido, da finalidade que é a ampliação da consciência de liberdade.

O nosso foco: teoria(s) da História

1. Evidentemente, o tipo de respostas que obteremos ao perguntar sobre a História dependerá de a Quem perguntamos, ou, noutros termos, da teoria que usarmos. A teoria pode ser entendida como um dos recursos para a realização, pois dela dispomos para interrogar o objeto, permite-nos estabelecer relações e explicar, mesmo que de forma provisória, e, em consequência, produzir conhecimento. As "teorias da história abarcam todas as reflexões intencionais que, ao longo dos tempos, foram sendo feitas acerca desse assunto nas várias modalidades que ele pode revestir"¹³; em termos correntes, costuma designar-se por **Teoria da História** a forma e modo de compreender com o que e como o historiador transforma os documentos em textos de história. Uma teoria da história pretende compreender os mecanismos de elaboração, distribuição, receção e legitimidade de um conhecimento histórico. A teoria questiona e suporta a discussão dos achados - não há pesquisa em história que prescindir de uma perspectiva orientadora; o que, ademais, entendemos bem pois não há investigação nem clínica em Enfermagem que possa prescindir de uma conceção teórica.

2. Até ao século XIX, faltaram historiadores que trabalhassem questões específicas de teoria; ou seja, os autores mais citados eram especialistas de outras áreas, principalmente da filosofia, e a teoria era utilizada para ordenar o caos do mundo histórico, garantindo assim a “revelação” da verdade. A teoria da história era filosofia da história¹⁴.

3. Importa, nem que seja ao de leve, recordar a influência de August **Comte** que, no Cours de philosophie positive¹⁵ considerou que a marcha progressiva do espírito humano somente pode ser conhecida a partir do estudo da sua História. Comte considerou que a História é essencialmente a História do progresso humano, o progresso necessário do Espírito. Mas, fundamentalmente, é “a inteligência que indica a direção da História

9 Salientamos textos como *História Universal da Natureza e Teoria do Céu* (1755), *História e Descrição do Terremoto do ano de 1755* (1755); *Recessão da Obra de Herder: “Ideias sobre a Filosofia da História da Humanidade”* (1784), *Conjecturas sobre o Começo da História da Humanidade* (1786) e *Fim do Mundo* (1794).

10 Kant, I, (2009) *Início Conjectural da História Humana* (1786). Traduzido por Joel Thiago Klein. ethic@ v. 8, n. 1 p. 157-168. Em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/viewFile/19263/18479>

11 A primeira proposição de Kant é: as ações humanas são determinadas por leis naturais universais. “A história, que se ocupa da narrativa” das manifestações da liberdade da vontade, das ações humanas, permite descobrir um curso regular - e se esse curso regular não pode ser observado no quotidiano individual, poderá ser reconhecido no conjunto da espécie. Segundo Kant, a história humana é a história do desenvolvimento da liberdade e a História Universal possui um curso, um sentido, uma teleologia, ou seja, existem leis naturais universais que guiam a natureza e a humanidade e essa finalidade é o princípio explicativo fundamental para o sentido continuamente progressivo, embora lento que poderá ser reconhecido no conjunto da espécie.

12 Hegel, G.W.F. (2006) *Filosofia da História*. Lisboa: Edições 70.

13 Rocha, Felipe (1982) *Teorias sobre a História*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia. (p.19)

14 Cf. Reis, José Carlos (2003) *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

15 Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/31881>

e marca o que será o pleno desenvolvimento da sociedade e da natureza humana na sua fase final”¹⁶.

4. Qualquer sinalização dos progressos da ciência histórica tende a começar com o **positivismo científico** de **Leopold Von Ranke** (1795-1886), o «pai da história científica», que valorizava a objetividade, como forma de expor os acontecimentos. A obra de **Ranke**¹⁷ é bem o espelho de uma história científica: procurou os princípios que norteariam uma ciência da história, principalmente pela aplicação de um método; as suas bases documentais eram os documentos diplomáticos para tentar construir uma história do Estado.

5. “Não dizer nada que não seja verificável” foi o mote que fundou a história como uma ciência positiva. Charles-Victor Langlois (1863-1923) e Charles Seignobos (1854-1942) publicaram, em 1898, *Introduction to the study of history*¹⁸, um manual que orientou a história positivista. Tinham como objetivo apresentar um método para aplicar nas ciências históricas: análises quantitativas, grandes feitos políticos, exaltação dos heróis nacionais, compilação cronológica de factos, utilização do documento escrito como fonte para a verdade dos factos, eram os elementos mais relevantes. A partir do lema "sem documentos não há História" (como advogou Langlois), exigiu-se um minucioso processo de verificação, crítica, recompilação e classificação. O rigor metodológico, obedecendo à linearidade cronológica dos acontecimentos, exaltava sobretudo os eventos de ordem política. Daí que seja compreensível que a história política se tornasse o modelo historiográfico por excelência. E seria exatamente a reduzida preocupação com a análise das estruturas sociais e económicas que deu origem a duras críticas. E, em meu entender, nesta corrente a Enfermagem entraria na Oficina de Clio.

6. O **Historicismo**¹⁹ estabeleceu as suas premissas a partir de descobertas empíricas, defendendo que a história deveria ser a científica, ou seja, capaz de comprovar o conhecimento objetivo com as normas e regras da ciência. Uma História pautada pelo materialismo apareceu como oposição ao idealismo - de acordo com o materialismo histórico, a evolução histórica dá-se pelo confronto entre classes sociais, pelo que, o materialismo acaba por explicar também as relações entre os sujeitos, apresentando uma conceção baseada num sentido progressivo, a partir de leis dialéticas. Apesar de existir um fundo positivista nas suas análises, na concordância com leis gerais, a grande novidade de **Karl Marx** (1818-1883) passou pela disseminação de mecanismos de análise da realidade histórica que permitissem encontrar uma explicação para toda a evolução histórica da humanidade²⁰. Outro contributo da **conceção marxista da História**²¹ foram as abordagens metodológicas, com a introdução de conceitos operativos, mostrando uma outra perspectiva de se fazer história - neste quadro, o saber resulta da seleção efetuada pelo investigador e como a sociedade muda, também se vai alterando a interpretação do facto histórico.

7. Para as Escolas positivista ou marxista ou dos Annales, a história deve ser pensada e construída a partir de teorias e métodos, e isto significa que história é uma ciência. A noção de ciência na história prevê a utilização de uma teoria e de um método, isto significa que pode ser pensada a partir de algum parâmetro científico. A "história como ciência" é uma afirmativa feita por vários historiadores de diferentes escolas,

16 Aron, Raymond (2000). As etapas do pensamento sociológico. S. Paulo: Martins Fontes. (p. 117).

17 Ranke definiu alguns princípios, que estabeleceram o método: considerou que o historiador não é juiz do passado, deve dar conta do que realmente se passou; que não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. Na sua perspectiva, o historiador seria capaz de escapar a todo o condicionamento social, cultural, religioso, filosófico, etc. na relação com o objeto, procurando a neutralidade; e, claramente, a tarefa do historiador era reunir um número significativo de factos e organizá-los numa sequência cronológica, na ordem de uma narrativa.

18 London, Duckworth; New York, H. Holt & Co. First published, 1898; second impression, 1912. Disponível em <https://archive.org/details/introductiontost01lang>

19 O termo Historicismo foi usado pela primeira vez em 1797 no livro "Os gregos e os romanos" (Die Griechen und die Römer) de Friedrich Schlegel. O Historicismo é uma forma determinada do pensamento histórico e da correspondente concepção da História como ciência, surgido na primeira metade do século XIX. É um modo de pensar que reconhece a especificidade de tempos passados em comparação com o presente e considera a História como um conhecimento específico dessa interdependência presente—passado. As categorias chave do Historicismo são individualidade e progresso.

20 Magalhães, Olga (2002), *Concepções de História e de ensino da História: um estudo no Alentejo*. Lisboa: Edições Colibri. (p. 21).

21 Cf. Fleischer, Helmut (1978) *Concepção Marxista da História*. Lisboa: Edições 70.

pois consideram que para se construir o conhecimento histórico é preciso que o investigador conheça teorias e métodos e, desta forma, apresentam uma concepção de história mais próxima de algumas normas e regras.

8. Ao contrário do ideal positivista de uma ciência unificada, o objetivo de **Wilhelm Dilthey** (1833-1911) foi fornecer às ciências do espírito uma metodologia e uma epistemologia adequadas às suas peculiaridades próprias e, ao mesmo tempo, tão rigorosas e respeitáveis quanto aquelas das ciências naturais. Dilthey entendia que as ciências humanas possuem como objeto a vida humana, portanto, os procedimentos que envolvem o conhecimento deste objeto não podem ser iguais aos das ciências naturais - a partir dessa constatação, afirmou que o modo adequado de conhecer o conteúdo das ciências histórico-sociais é a compreensão²². A compreensão, em História, reúne a compreensão elementar e uma compreensão superior, que designou empática, considerando relevante que a ordem do mundo tenha um "nexo de sentido". Contra Hegel e retomando Kant, Dilthey quis elaborar uma Crítica da Razão Histórica²³, uma teoria geral do conhecimento histórico. Uma filosofia crítica da História.

9. Situemos, desde já, a posição de **Marc Bloch** (1886-1944), um dos fundadores da Escola dos Annales, que na "Apologia da história ou o ofício do historiador"²⁴ discutiu de forma sistemática a sua concepção de ciência da história. Bloch afirmou que história é “a ciência dos homens no tempo”²⁵, um esforço para melhor conhecer os fenómenos que, no tempo, encontram a sua inteligibilidade. Ciência dos homens, não do homem, como afirmou Bloch, porque é no encontro dos homens que se tecem os fenómenos históricos. E é no cruzamento entre a duração e o momento humano que se tece a compreensão histórica: a compreensão do modo como a realidade social enquanto estrutura multidimensional articula cada dimensão (a política e a social, a económica e a cultural) de modo a fabricar o movimento de toda uma sociedade: “história das estruturas e não de simples acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações e não história estática, história-quadro. História explicativa e não história puramente narrativa, descritiva ou dogmática. História total enfim...”²⁶.

10. Uma certa concepção da História só possível depois dos Annales, a revista com que Lucien Fébvre (1878-1956) e Marc Bloch quiseram renovar a História, advogando a aproximação com outros saberes e dirigindo a atenção, não para os acontecimentos espectaculares, como revoluções e guerras, ou conquistas (a chamada história dos vencedores), mas para as mentalidades e para as transformações silenciosas, os processos de longa duração- E eis-nos chegados ao início da reviravolta na historiografia, no final do segundo decénio do século XX. A **Escola dos Annales** ocupa um lugar privilegiado na produção historiográfica contemporânea, desde o seu início no final da década de vinte do século passado até a atualidade, influenciando várias gerações de historiadores que procuram compreender a história nas suas múltiplas dimensões de abordagem.

O movimento e as gerações dos Annales

1. A revista «**Annales d’Histoire Économique et Sociale**», surgida em **1929**, fundada por **Marc Bloch** (1886-1944) e por **Lucien Febvre** (1878-1956), assumiu divulgar novos métodos de investigação histórica, com o objetivo de se fazer uma história diferente daquela que até então se fazia. Segundo Magalhães, “propunha-se a acolher nas suas páginas uma história-problema, que substituísse a tradicional narrativa de acontecimentos, que não se limitasse aos aspetos políticos e que incluísse todos os aspectos da vida

22 Cf. Dilthey, W. (1989) Introduction to the human sciences: An attempt to lay a foundation for the study of society and history (R. J. Betanzos, Trans.). Detroit, MI: Wayne State University Press. (Original work 1883).

23 Dilthey, W. (1951) Acerca del estudio de la historia de las ciencias del hombre, de la sociedad y del Estado. In: Psicología y Teoría del Conocimiento. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

24 Apologie Pour L’histoire Ou Métier D’historien (1949). Disponível em http://classiques.uqac.ca/classiques/bloch_marc/apologie_histoire/bloch_apologie.pdf

25 Bloch, M. (1989) Apologia da História ou o ofício de historiador Lisboa: Edições 70, p. 89.

26 Le Goff, J (1978) A nova História. Lisboa: Edições 70. p. 266.

humana. Para atingir esses objectivos, dispunha-se a estabelecer relações de colaboração com diversas outras disciplinas, da geografia, à psicologia, da economia à sociologia, da linguística à antropologia.”²⁷.

2. A **primeira geração da Escola dos Annales** (1929-1946) foi liderada por **Lucien Febvre** e **Marc Bloch**, os dois principais nomes da fundação desse periódico e os principais objetivos consistiam no combate ao positivismo²⁸ histórico e no desenvolvimento de um tipo de História que levasse em consideração o acréscimo de novas fontes à pesquisa histórica e realizasse um novo tipo de abordagem. Visaram promover estudos relativos às estruturas económicas e sociais, favorecendo possíveis contactos interdisciplinares. Os fundadores da Revista dos Annales não pouparam críticas à Escola positivista da História que se circunscrevera à superfície factual do passado histórico, centralizando-se no individual, político e cronológico. Tenhamos em conta que as décadas de 1920 e 1930 representaram um cenário conjuntural de profundas transformações, um mundo abalado pela I Grande Guerra (1914-1918), a crise após o crash da bolsa de valores de Nova Iorque, o medo pela ascensão do socialismo e, ao mesmo tempo, a ascensão dos regimes totalitários, acontecimentos que emergem em análises históricas diversas. Neste contexto, surgiu uma História de combate à tradição narrativa dos acontecimentos, em que as metodologias de análise ganharam dimensão e a História deixa de ser «narrativa» para ser «problema».

3. Combates pela História, obra de Lucien Febvre, é uma coletânea de artigos avulsos, que inclui aulas inaugurais, conferências e resenhas. Esses textos foram produzidos na primeira metade do século XX, reunidos por Febvre em 1949 e publicados em 1952. O sentido dessa obra é definido por Febvre como o de “prestar alguns serviços aos meus companheiros, sobretudo os mais jovens”²⁹. Segundo Febvre, a História não era definida pelo seu objeto, mas pelo seu material, ou seja, a primeira definição era “a História faz-se com textos”; a partir desses textos “encontram-se os factos”, esses “factos não podem ser escolhidos pelo historiador”. Deve-se “estabelecer os factos e depois tratá-los cronologicamente, numa “história de continuidades”. Percebemos que o teor da descrição de Febvre opõe-se à História concebida como o tecido de eventos sucessivos de reis, datas e batalhas que se sucediam sendo minuciosamente reconstituídos numa narrativa exata. O tempo histórico definia-se como a sucessão cronológica dos eventos, os quais serviam de justificativa para o presente. Outro ponto do método de Febvre foi a interdisciplinaridade, que nasceu com os Annales e foi muito divulgada depois de uma conferência dirigida aos alunos da École Normale Supérieure, em 1941, na qual, de acordo com Peter Burke, afirmou: “Historiadores, sejam geógrafos. Sejam também juristas e sociólogos, e psicólogos; não fechem os olhos ao grande momento que, a nossa frente, transforma a uma velocidade vertiginosa, as ciências do universo físico. Mas vivam também uma vida prática”³⁰.

4. A **segunda geração** sedimentou a ideia de uma história estrutural de longa duração (1946-1968) tendo sido liderada por **Fernand Braudel**, que assumiu a direção da revista à morte de Febvre em 1956. Uma das primeiras medidas que tomou foi aumentar a tiragem e o volume da revista, abrindo a outras disciplinas e reduzindo o peso que a história económica tinha vindo a assumir. Assim, promoveu a interdisciplinaridade que aproxima a História das Ciências Sociais, sobretudo, a Sociologia. Braudel foi adepto da "história das civilizações", assim como Duby e Mandrou que escreveram acerca da "história das mentalidades", mas outro aspeto também marcou essa segunda geração: a argumentação de que o tempo histórico apresenta ritmos diferentes para os acontecimentos, substituindo a cronologia factual pelas durações ternárias: curta, média e longa duração. A obra de referência "La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de

27 Magalhães, Olga (2002), Concepções de História e de ensino da História: um estudo no Alentejo. Lisboa: Edições Colibri. (p. 23).

28 Por positivismo histórico entende-se uma corrente histórica dominante no século XIX, que entendia que ao historiador bastava expor as fontes escritas, sem necessidade de interrogar os documentos, de interpretá-los nas entrelinhas e de confrontá-los com outras fontes, como vestígios materiais arqueológicos etc. O modo de abordagem dos “Annales”, ao contrário, passou a valorizar essas outras fontes, além dos documentos escritos. Se hoje há a história do vestuário, da música, entre outros, isso deve-se a esse esforço pela ampliação de análise que a Escola dos Annales desencadeou.

29 Febvre, Lucien (1985). Combates pela história. Lisboa: Editorial Presença (p.7)

30 Burke, Peter (1997). A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia; São Paulo: Fundação Editora da UNESP. (p. 40).

Philippe II", foi o grande marco da nova concepção de Braudel. Ao considerar a História não apenas como uma sequência de acontecimentos, outros tipos de fontes foram adotados para as pesquisas. “A crescente complexidade da sua análise espaço-temporal levou-o a defender que a história deveria ser a linguagem comum que as ciências sociais deveriam utilizar para confrontarem os seus pontos de vista”³¹.

5. Vários desenvolvimentos alteraram a natureza da investigação histórica, como a revolução da tecnologia da informação, o recurso dos historiadores à antropologia, a influência de Foucault e da «viragem linguística» (linguistic turn). A história social estava em ascensão nos anos 60 e iniciava-se o reconhecimento da história das mulheres e da história do género – ou seja, que o género pode ser uma categoria fundamental de análise e de compreensão históricas (o que se tornará relevante, para a história da enfermagem); uma das obras mais conhecidas data de 1961, a “História da loucura”, de Michel Foucault e emergiram novos terrenos, até então considerados “pouco nobres”, como a história das festas, da feitiçaria, da morte, da infância, da família, da sexualidade, do suicídio. Foi como se a história passasse a contemplar o homem comum, os seus hábitos, as suas diversões, os seus afazeres quotidianos, os traços mais singulares da existência humana e coletiva.

6. Entre os historadores desta geração, destaco George Duby (1919-1996), Robert Mandrou (1921-1984), Michelle Perrot e os trabalhos sobre a História das Mulheres no Ocidente ou a História dos quartos de (nesta geração começam a aparecer mulheres historiadoras, o que também é significativo), Jean Delumeau, Philippe Ariés (e a sua História da Morte no Ocidente) e François Furet (1927-1997).

7. Para François Dosse, quando a Segunda Guerra terminou, o discurso do historiador fundamentado no Estado-nação e na missão civilizadora europeia desmoronou-se e não havia alternativa senão a construção de uma História diferente. Com a II Guerra Mundial, os crimes contra a humanidade e o extermínio de milhões de judeus abalaram as certezas relativas ao sentido da História, ao avanço da humanidade em direção à Civilização e ao Progresso; os inventos mostraram a capacidade de destruição (em Hiroshima e Nagasaki). Interpelada por esse presente, a Revista Annales d’histoire économique et sociale mudou o título para **Annales: économies, sociétés, civilisations**. Lucien Febvre no texto “Face au vent” explicou a mudança do nome como um manifesto dos novos Annale – “Admiramos muito, e são de admirar, as grandes revistas que se instalam num domínio do saber com a certeza tranquila, a indiferente placidez de uma Pirâmide do Egito. Ali estão. Ali ficam. De longe, oferecem uma bela imagem de majestade. Mas, afinal, as pirâmides são túmulos”³². O cenário da escrita da História tornou-se mais complexo para os Annales nessas décadas de 50 e 60. “Assistimos ao nascimento de uma escola que se tornará dominante nas ciências humanas, incluindo as letras: o estruturalismo. Este último define-se pelo seu anti-historicismo e encontra no etnólogo Claude Lévi-Strauss um líder que concentra o ataque contra a história”³³. Em 1968, Braudel anunciou que os «Annales» iriam «mudar de pele» e aqui se marca o início dos “terceiros Annales”, na direção³⁴ do movimento e assumindo a renovação histórica e multiplicade de abordagens.

8. Em 1972, quando Braudel se aposentou, **Jacques Le Goff** assumiu a presidência da VI Seção da École des Hautes Études e, em 1975, quando essa Seção foi extinta, Le Goff assumiu a presidência da École des Hautes Études em Sciences Sociales, sendo substituído por François Furet em 1977. Diversos comentadores e estudiosos do movimento dos Annales destacam que esta fase foi marcada pela descentralização das direções da “escola” que na sua primeira fase ficou a cargo de Febvre e na segunda de Braudel. Le Goff focou-se, sobretudo, na história das mentalidades e história cultural. Dois empreendimentos editoriais marcaram a escrita da História na década de 70: a coletânea de ensaios redigidos por diversos historiadores

31 Magalhães, Olga (2002), Concepções de História e de ensino da História: um estudo no Alentejo. Lisboa : Edições Colibri. (p. 30).

32 Febvre, Lucien (1949) Face au vent : manifeste des Annales nouvelles [À nos lecteurs, à nos amis]. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. Vol 1, Nº 1, pp. 1-8. Disponível em http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1946_num_1_1_3175

33 Dosse, François (1994) A história em migalhas. Dos Annales à Nova História. Editora da Unicamp (p. 106-108).

34 Braudel resolveu partilhar a direção institucional da Revista dos Annales com um grupo que inclui Jacques Le Goff, Marc Ferro e Emmanuel Le Roy Ladurie, além de Robert Mandrou (e depois André Burguière e Jacques Revel) na posição de Secretário-geral da Revista.

e organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff intitulada Faire de l’histoire³⁵ [Fazer História], publicada em 1974 e o “Dicionário” La nouvelle histoire [A Nova História] publicado em 1978 e organizado por Le Goff, Jacques Revel e Roger Chartier.

9. Em Faire l'Histoire, consideram que o período dos últimos 20 anos foi caracterizado pela emergência de um novo campo de saber e três fenómenos evidenciavam tal renovação - repensar os acontecimentos e as crises em função dos movimentos lentos e profundos da história, interessar-se menos pelas individualidades de primeiro plano do que pelos homens e pelos grupos sociais, preferir a história das realidades concretas – materiais e mentais – da vida quotidiana é "metamorfosear a memória coletiva dos homens e obrigar o conjunto das ciências e dos saberes a situar-se noutra duração, conforme outra concepção do mundo e de sua evolução”³⁶. A afirmação de ciências novas ou recentes - sociologia, demografia, antropologia, etologia, ecologia, semiologia, entre outras - assim como a renovação ao nível da problemática ou do ensino de ciências tradicionais (adição de “novo” ou “moderno” como em linguística moderna ou new economic history) acompanham a interdisciplinaridade que se traduz no surgimento de ciências compostas (a história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica, psicolinguística, etno-história, etc.).

10. Notemos que a **terceira geração** (1968-1989) da Escola trouxe a Nouvelle Histoire ("Nova História") introduzida nos anos 70 a partir desta obra coletiva, «Faire de l’histoire», de **Jacques Le Goff e Pierre Nora**. Privilegiaram os métodos pluridisciplinares e deram ênfase a todos os tipos de fontes históricas, com elevada variedade de evidências. Os "novos tempos" representaram um novo padrão historiográfico, novas aberturas, novas abordagens, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. Entre os “retornos historiográficos”, houve a retomada da narrativa, do político, da biografia, aspetos que haviam sido de alguma maneira secundarizados pelo padrão historiográfico anterior, e que agora reemergiam com inesperado vigor. Como Le Goff afirmou: "A ideia da história como história do homem foi substituída pela ideia da história como história dos homens em sociedade.”³⁷

11. Uma linha de investigações que adquiriu grande projeção entre os historiadores da terceira geração dos Annales foi a **história das mentalidades**, que estuda as “formas coletivas de pensar e de sentir”. A Nouvelle Histoire, e a Escola dos Annales como um todo, foram espaço para desenvolvimento de trabalhos historiográficos em muitos campos - a história cultural, uma nova história política, a história económica, a história regional e a geo-história. De certa forma, a História Nova substituiu a história de Langlois e Seignobos por uma história baseada numa multiplicidade de documentos - há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou de qualquer outra maneira - e na necessidade da crítica ao documento. Le Goff afirma que "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa". Assim, o documento seria resultado do esforço das sociedades históricas para deixar ao futuro a imagem de si próprias e depende apenas do historiador a condição de analisar as condições de produção desses documentos.

12. A **interdisciplinaridade** foi um inquestionável traço de união entre os historiadores da primeira

35 Faire l'Histoire compreende dez ensaios - nove tratam de “domínios ou conceitos-chave da nova História (longa duração, estruturas, antropologia histórica, mentalidades, cultura material, marginais, imaginário) ou orientações da pesquisa histórica em relação às quais a história nova precisou se definir (história imediata, marxismo)". O décimo ensaio é de Jacques Le Goff e apresenta a visão interna do movimento dos Annales na “terceira geração”. No prefácio intitulado “Uma ciência em marcha, uma ciência na infância”, Le Goff declarou que a obra descreve os problemas e as incertezas da nova História e, ao mesmo tempo, trata das conquistas e dos caminhos a serem seguidos. Escrito 20 anos depois do texto de Braudel de 1958, que definia e defendia a História em relação ao estruturalismo da Antropologia de Lévi-Strauss, esta obra apresentou um balanço desses anos e inaugurou uma fase dessa chamada “nova História”, datando a renovação “nos últimos vinte anos”. Ao estabelecer este marco temporal, Le Goff definiu uma mudança de direção promovida pela geração da qual faz parte.

36 Le Goff, Jacques ; Nora, Pierre (orgs) Faire l'Histoire. Paris : Gallimard. (p.18)

37 Le Goff, Jacques (1988) Histoire et mémoire. Paris: Gallimard. (p.9).

geração dos Annales e os historiadores da Nouvelle Histoire. Entre as novidades, postulou-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação — atenta para o detalhe, para as microrrealidades, para aquilo que habitualmente escapa ao olhar panorâmico da macro-história tradicional — e a esta nova postura passará a chamar-se **micro-história**. A micro-história surgiu nos anos 70 com dois historiadores italianos, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. É importante realçar que a micro-história é uma abordagem, uma metodologia de estudo e não uma área de estudo como a história política, social, económica, etc. No início, tal metodologia foi confundida com a história das mentalidades, estudos de cultura material, história cultural, história descritiva, etc. Porém, o certo é que a micro-história é uma metodologia de estudo que visa estudar acontecimentos num recorte temporal de curta duração, e ao mesmo tempo aprofundar o máximo que for possível a pesquisa.

13. Peter Burke destacou que a micro-história podia ser compreendida como reação contra um certo estilo de história social que seguia o modelo da história económica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturais locais; como reação ao encontro com a antropologia, na ampliação do estudo de caso onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e económico, e para os indivíduos, rostos na multidão; considera que o microscópio era uma alternativa atraente ao telescópio, permitindo que as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história; e em terceiro lugar, a micro-história como reação à desilusão com a chamada “narrativa grandiosa” do progresso, da ascensão da moderna civilização ocidental, uma história triunfalista (Grécia e Roma antigas, a Cristandade, a Renascença, a Reforma, a Revolução Científica, o Iluminismo, a Revolução Francesa e Industrial) que ignorava as realizações e contribuições de outras culturas assim como dos grupos sociais do Ocidente que não tinham participado nesses movimentos. Há um paralelo entre a crítica a essa grande narrativa na história e a crítica ao cânone dos grandes escritores da literatura inglesa ou dos grandes pintores na história da arte ocidental - por detrás, uma reação contra a globalização, enfatizando os valores das culturas regionais e dos conhecimentos locais³⁸.

14. Duas obras importantes para melhor aproximação do tema “movimento dos Annales” são: A História em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”, de François Dosse, originalmente publicada em francês em 1987 e A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia, de Peter Burke, editada em inglês em 1990 e em português em 1997. Ambas comportam um histórico desse movimento intelectual francês ou dessa escola histórica francesa que influenciou a produção historiográfica durante o século XX. François Dosse estabeleceu uma visão crítica a respeito dos Annales e na introdução da obra identifica que, na década de 1980, na França, a musa da História, Clio, inspirou um público ávido por História, disposto a comprar as produções de História nas bancas de jornais ou a ouvir, através do rádio, os programas históricos ou a assistir, pela televisão, aos programas dedicados a contar a História. O autor conclui: “todos os meios de comunicação fizeram investidas, portanto, sobre o território do historiador”³⁹, o que demonstra que a História fazia muito sucesso na França e, partindo dessa constatação, Dosse perguntou: mas qual a História que alcançava tanto sucesso? Clio, na França, encarna-se na escola que conquistou posição hegemónica: a dos Annales, cujos membros tinham os lugares estratégicos numa sociedade dominada pelos meios de comunicação de massa; os responsáveis pelas coleções históricas da maior parte das editoras eram membros dos Annales, ocupando uma posição de poder essencial, o de seleccionar as obras consideradas dignas de ser editadas. "Dos laboratórios de pesquisa até os circuitos de distribuição, a produção histórica francesa tornou-se quase que um monopólio dos Annales"⁴⁰. Durante a década de 80, a História das Mentalidades já parecia insuficiente para historiadores franceses vinculados à Nova História, em grande parte devido à desatenção que essa escrita da História conferiu aos aspectos teóricos que norteiam o ofício do historiador. Enquanto isso, em países, como a Itália, a Inglaterra, os Estados Unidos, historiadores começaram a realizar outra “nova” História. Ou seja, os finais dos anos 80 viram emergir uma crise quanto

38 Burke, Peter (2005) O que é História Cultural? S. Paulo: Livraria Cultura. (p.60-61)

39 Dosse, ob cit, p. 13.

40 Idem, p. 15.

à possibilidade de conhecimento e utilidade prática da História.

15. Em 1988, **Roger Chartier**, que tinha colaborado na organização do dicionário La nouvelle histoire, publicou com o título **A História Cultural: entre práticas e representações**, oito ensaios escritos entre 1982 e 1986 em resposta “à insatisfação sofrida frente à História cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida na sua dupla vertente de História das mentalidades e de História serial, quantitativa”⁴¹. Chartier explicou que a História como disciplina se tornou institucionalmente dominante nas décadas de 60 e 70, com o predomínio da História económica e social, mas que se encontrava intelectualmente ameaçada, sendo um dos motivos de ordem teórico-metodológica pois os historiadores anexaram territórios das outras disciplinas, tais como, da Linguística, da Psicologia e da Sociologia, mas continuaram a aplicar os mesmos métodos quantitativos utilizados na História económica e social. Nas suas grandes linhas, "a história das mentalidades construiu-se aplicando a novos objetos os princípios de inteligibilidade utilizados na história das economias e das sociedades, como sejam a preferência dada ao maior número, logo à investigação da cultura tida como popular; a confiança nos números e na quantificação; o gosto pela longa duração; a primazia atribuída a um tipo de divisão social que organizava imperativamente a classificação dos factos de mentalidade”⁴².

16. Na designada “**quarta geração**” dos Annales (desde 1989), figuram **Jacques Revel**, Roger Chartier, André Bourguière e Bernard Lepetit. Ao chegar aos anos 90, há uma ampla crise, quer no cepticismo quanto à possibilidade de conhecimento histórico, quer na dúvida quanto à utilidade prática da História. O desenvolvimento da historiografia foi significativamente marcado pela viragem antropológica (o chamado cultural turn) - no início deste século, fundaram-se revistas com novas orientações (como a Rethinking History⁴³, iniciada em 1997) e deu-se ênfase à **história cultural**, aos aspectos da identidade e à história das mentalidades. A «micro-história» talvez seja a tradução mais viva da transformação da abordagem histórica baseada no recurso a modelos interacionistas ou etno-metodológicos; pretende construir, a partir de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, com redução da escala de observação.

17. O movimento dos Annales sofreu uma mudança significativa com relação aos projetos anteriores das duas primeiras gerações; alguns autores discutem a continuidade da Escola dos Annales e parece haver consenso nas três gerações. A quarta ainda está filiada, pelo menos ao legado da Escola. Não obstante, há quem considere uma «quinta geração», com os trabalhos de **Michel de Certeau**. Em bom rigor, a História voltou a ser [considerada] importante na construção das identidades e as reflexões de Michel de Certeau⁴⁴ e a obra de Paul Ricoeur⁴⁵ levaram ao reconhecimento que a história pertence ao **gênero da narrativa** - entendido no seu sentido aristotélico da «articulação num enredo de acções representadas». Chartier analisou a História da Filosofia e a Filosofia da História, propondo uma perspectiva assente na tripla operação historiográfica de De Certeau: o lugar onde o historiador se situa; o trabalho de pesquisa, de teor metodológico e a escrita da História.

18. Em Temps et récit, Paul Ricoeur mostrou que toda a história é sempre construída a partir de fórmulas que governam a produção das narrativas. As entidades com que os historiadores lidam (sociedade, classes, mentalidades etc.) são «quase personagens», dotadas implicitamente das propriedades dos heróis singulares ou dos indivíduos ordinários que compõem as colectividades que essas categorias abstractas designam. É a mudança no tempo (ou a diferença no tempo, como afirma Ricoeur) que permite a reconfiguração do

41 Chartier, R. (1990) A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel. (p.13).

42 Idem, (p. 15).

43 Cf. <http://www.tandfonline.com/toc/rrhi20/current> - "I hope that this journal will become that missing venue where historians, young and old, can try out something new, can indulge in experiments... that bring us into new relationships with the traces of the past... We believe that the writing of History can be an art, and that innovation in any art calls for boldness, audacity, and the courage to try out things that can seem strange, even to the author."Robert A. Rosenstone, Founding Editor, Rethinking History; "By Re-thinking History I mean expanding the study of the nature of history in all its forms and conceptualizations. Rethinking it must mean questioning the boundaries of how we study the past" Alun Munslow, UK Editor, Rethinking History.

44 Michel de Certeau (1975) L'Ecriture de l'Histoire. Paris, Gallimard.

45 Ricoeur, P. (1983-1985) Temps et récit. Paris, Editions du Seuil, 3 tomos.

passado. Sob o signo da alteridade e da diferença no tempo, pensar o que já passou leva-nos a respostas construídas, cumulativas, parciais, datadas, prováveis. Ao historiador cabe procurar tornar o mais verosímil e convincentes essas respostas. Daí uma estreita ligação entre a história e a hermenêutica. A posição de Ricoeur é de que a história (distinguida na sua polissemia com as histórias), ainda que não possa dispensar a imaginação, a interpretação e a retórica, é um discurso que, através de um método científico e crítico, busca incansavelmente a verdade rigorosa dos factos que narra, nisso ocupando um espaço distinto do da ficção. O historiador estabelece implicitamente com o leitor um compromisso ético e profissional de verdade, que implica julgar/explicar mediante a apresentação de provas.

Pelas compreensões mais recentes - «consciência histórica»

1. Chegados ao nosso tempo, percebemos que os modelos teóricos do século XIX e XX foram perdendo força explicativa e capacidade de realização prática, face à crise do pensamento contemporâneo. É neste contexto de «crise» de pensamento que interessa posicionar **Jörn Rüsen**, com origem na perda de consciência que as sociedades desenvolvidas revelam de si próprias⁴⁶ sendo que o grande desafio passa pela discussão acerca da crise de orientação do mundo atual. A sua proposta centra-se no conceito de consciência histórica: “[...]a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam a sua experiência da evolução temporal do seu mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, a sua vida prática no tempo”⁴⁷. Considerou que o ponto de partida da história é a carência humana de orientação do agir; os seres humanos procuram respostas diante da vida que só podem ser respondidas com a constituição do conhecimento histórico.

2. Estas operações mentais requerem um processo cognitivo que Rüsen designou como **«matriz disciplinar»** (que evoca Kuhn, quando alterou a designação de «paradigma») e que confere cientificidade à história, agrupando cinco elementos: 1) os interesses cognitivos a partir das necessidades da vida quotidiana - "carências do quotidiano referem-se à capacidade dos indivíduos em interação de regular a sua comunicação segundo as regras de uma argumentação metódica, discursiva e orientada para o consenso”⁴⁸; 2) as ideias ou perspectivas, que "consistem em perspectivas gerais orientadoras da experiência”⁴⁹, criadoras de sentido, que objetivam as interpretações do ser humano; 3) o método, “como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma específica do pensamento histórico”⁵⁰, regras que averiguam e interpretam o conteúdo da História; 4) a forma, relacionada com a maneira como se efetua a apresentação do conhecimento histórico e, neste âmbito, incorporou a narrativa na teoria da História, de modo que a utilização deste recurso revela-se tão importante como os métodos de pesquisa; e 5) as funções de orientação, função prática do saber histórica. Portanto, a racionalidade do pensamento histórico dá-se quando “configura a habilidade de se orientar na vida e de formar uma identidade histórica coerente e estável”⁵¹.

3. O contributo do pensamento de Rüsen, ao ligar passado-presente-futuro, torna-se evidente na afirmação: “Este interesse em orientar a vida prática dirige-se para o passado. É um interesse em recordar o passado para compreender a vida de hoje em dia. E é exatamente isto que define a História como uma atividade cultural específica. A História é uma combinação, uma síntese de passado e presente, mas incluindo uma perspectiva futura (...) o pensamento histórico torna-se especificamente científico quando

46 Rüsen, J. (2001), Razão Histórica. Teoria da história: Fundamentos da Ciência Histórica. (Trad. Estevão de Rezende Martins).

Vol.1. Brasília: Ed.UnB. (p. 57).

47 Rüsen, Idem (p. 57).

48 Rüsen, J. (2007), Reconstrução do Passado: Os princípios da pesquisa histórica. (Trad. Asta-Rose Alcaide). Vol.2. Brasília: Ed. UNB (p. 15).

49 Rüsen (2001),vol.I (p. 32).

50 Rüsen (2001),vol.I (p. 33).

51 Rüsen, J. (2006), Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão (Trad. Marcos Roberto Kusnick). Práxis Educativa. Vol. 1, N. 2, p. 07-16. (p. 16).

segue os princípios da metodização, quando submete a regras todas as operações da consciência histórica, cujas pretensões de validade se baseiam nos argumentos das narrativas, nas quais tais fundamentos são ampliados sistematicamente (...) uma ideia da construção da história como ciência especializada.”⁵². Resolver a crise de orientação, de acordo com Rüsen, passa pelo desenvolvimento da consciência histórica, constituída e moldada pela narrativa histórica, que articula a interpretação do passado, a compreensão do presente e projeta futuro. Rüsen destacou três componentes importantes a desenvolver em consciência histórica: a ampliação da experiência, o conhecimento do passado; a competência para a interpretação histórica, a tradução do passado humano através de operações mentais e a integração e mobilização da interpretação, no quadro da reorientação da vida prática. As três competências estão intimamente ligadas, definindo as dimensões da aprendizagem histórica.

4. Questionemos a forma como ensinamos a História. Especificamente, a História de Enfermagem. Se recorrermos a Rüsen, consideraremos importante dar poder histórico aos estudantes para interpretarem e orientarem as suas vidas no presente, dizer a cada estudante que é um agente da História, que tem um papel ativo para intervir na sociedade. Esta é uma visão que, na fronteira atual entre a modernidade e a pósmodernidade, pretende dar sentido à História, na conexão temporal entre passado-presente e futuro. Assim, o estudante, a partir da sua consciência histórica, projeta o seu futuro; nesta perspetiva, o passado passa a ter sentido, a partir de uma reorientação efetuada no presente e o objetivo não é reproduzir o passado, mas sim interpretá-lo, retirar perspetivas das experiências do passado, refletindo no presente e orientá-lo no futuro. "Histórias narradas com especificidade científica são históricas cuja validade está garantida mediante uma fundamentação particularmente bem feita.”⁵³.

CONCLUSIVAMENTE

começámos a produzir História de Enfermagem em Portugal no final do século XX, mais propriamente com a publicação Da Blusa de Brim À Touca Branca. Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950), de Maria Isabel Soares, em 1997, a que se seguiu a minha tese "Um olhar sobre o ombro. História da Enfermagem em Portugal (1881-1998)", em 2003. Muito nos desenvolvemos em estudos históricos desde então.

Com os devidos fundamentos, é minha convicção que a História de Enfermagem entrou na Oficina de Clio quando entraram a História das mulheres, da saúde, dos cuidados, da morte, da doença, das pessoas... portanto, por influência inicial da 2ª geração (Nova História - história social, estruturas de longa duração), mais evidente na 3ª (história das mentalidades, micro-história) e 4ª geração dos Annales (história cultural).

Desenvolvendo-se em Portugal a partir dos anos 90, a história da nossa história de Enfermagem visibiliza que, desde cedo, os diferentes interventores seguiram orientações teóricas diversas; e, essa dimensão parece-me adequada e profícua. Contudo, há carências ou lacunas na nossa discussão teórica e poderia haver benefícios importantes com mais consciência e debate quanto às opções historiográficas. E este é, ou pode ser, o papel das linhas de investigação (nos doutoramentos e depois deles) e das sociedades científicas.

52 Rüsen, J. (2007), História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. (Trad. Estevão de Rezende Martins). Vol.3. Brasília: Editora Universidade de Brasília. (p. 12-13).

53 Rüsen (2001), vol. I, (p. 96-7). Cf. Silva, E.L. (2006) Compreender a vida, fundamentar a História: “a crítica da razão histórica” em Wilhelm Dilthey (1833 – 1911). Tese de mestrado em História. Departamento de História Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>